

## Artigo

# A ficcionalização do espaço: uma hipótese sobre e a partir da mobilização do capital na agroindústria brasileira contemporânea

Boletim Paulista de Geografia

Nº: 113

Ano: 2025



FREDERICO RODRIGUES BONIFÁCIO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

fredrodrigues93@gmail.com

BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. A ficcionalização do espaço: uma hipótese sobre e a partir da mobilização do capital na agroindústria brasileira contemporânea. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 1, n. 113, p. 7–35, 2025. <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i113.3677>.

Recebido em: 11 de novembro de 2024

Aceito para publicação em: 25 de fevereiro de 2025



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## **A ficcionalização do espaço: uma hipótese sobre e a partir da mobilização do capital na agroindústria brasileira contemporânea**

### **Resumo**

Tendo em conta a crise global do capitalismo que redefine as formas pelas quais a reprodução social se processa no contemporâneo, este texto se propõe a compreender a atualidade da categoria espaço – e da produção do espaço – no que concerne à territorialização do capital nas frentes de expansão da agroindústria no Brasil. Se esse processo hodiernamente é calcado em estratégias que visam a acumulação pela via da inflação de títulos de propriedade – lógica própria à reprodução do capital fictício –, argumentamos que tal ficcionalização implica em uma ficcionalização da produção do espaço. Nesse percurso, recorreremos à História do Pensamento Geográfico com vistas a, por um lado, demonstrar a historicidade da produção do espaço em íntima associação com o processo de modernização capitalista e, por outro, demonstrar como certo fetichismo teórico tributário das raízes positivistas da ciência geográfica limita as possibilidades de compreensão das contradições (im)postas pelo capital. Movimento que nos fornecerá as bases para apreender como, se na fase ascendente da modernização ocorreu uma ultrapassagem da produção de mercadorias parcelares no espaço para uma produção do espaço enquanto tal, no atual momento histórico uma nova ultrapassagem pode estar em curso: a da produção do espaço para a ficcionalização deste, processo que pode ser compreendido de forma privilegiada a partir da territorialização do capital agroindustrial no Brasil.

**Palavras-chave:** Teoria da Geografia; História do Pensamento Geográfico; Crise; Capital Fictício; Territorialização do Capital.

### **The fictionalization of space: a hypothesis about the mobilization of capital in contemporary Brazilian agroindustry**

#### **Abstract**

Taking into account the global crisis of capitalism that redefines the ways in which social reproduction takes place in the contemporary world, this text aims to understand the actuality of the category of space – and the production of space – with regard to the territorialization of capital on the fronts of expansion of agroindustry in Brazil. If this process today is based on strategies that aim at accumulation through the inflation of property titles – a logic particular to the reproduction of fictitious capital –, we argue that such fictionalization implies a fictionalization of the production of space. Along this path, we resort to the History of Geographical Thought with a view to, on the one hand, demonstrating the historicity of the production of space in close association with the process of capitalist modernization and, on the other, demonstrating how a certain theoretical fetishism is tributary to the positivist roots of geographic science limits the possibilities of understanding the contradictions (im)posed by capital. Movement that will provide us with the basis for understanding how, if in the ascending phase of modernization there was an overcoming of the production of piecemeal goods in space for a production of space as such, in the current historical moment a new overcoming may be underway: that of the production of space for the fictionalization of this, a process that can be understood in a privileged way based on the territorialization of agro-industrial capital in Brazil.

**Keywords:** Geography Theory; History of Geographical Thought; Crisis; Fictitious Capital; Territorialization of Capital.

## Introdução

A conjuntura política brasileira dos últimos anos, marcada pelo recrudescimento da extrema-direita, não pode ser dissociada de uma crise radical do capitalismo global.<sup>1</sup> Se as políticas misantrópicas do bolsonarismo e de seus correligionários mais ou menos radicalizados não podem ser compreendidas sem maiores mediações como mero aprofundamento do neoliberalismo, certamente é o caso de defrontar a hipótese de que tal radicalização pode revelar o esgotamento mesmo no receituário neoliberal como forma de mediação da crise que se aprofunda globalmente desde a década de 1970. Nesse limiar histórico, estratégias das mais distintas ordens se colocam na cena política e/ou infrapolítica como meio para garantir a acumulação de capital ou ao menos a ilusão dessa acumulação por meio de sua ficcionalização.

A marcante fala do ex-Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, sobre a necessidade de aproveitar o contexto de agudização da pandemia de COVID-19 para promover “reformas infralegais de desregulamentação, simplificação [...] e ir passando a boiada”<sup>2</sup> sobre as legislações ambientais não pode ser compreendida a despeito dessa necessidade histórica do capital ante seus limites internos e externos. As chamadas frentes de expansão contemporâneas do agronegócio – MATOPIBA<sup>3</sup> sobretudo – se inserem nesse contexto. O mesmo podemos dizer – embora haja aí particularidades que não são desconsideráveis – sobre a crescente estrangeirização de terras que dão novos contornos ao secular mecanismo da grilagem.

Se tais fenômenos adquirem expressão geográfica, é preciso ter em conta de que geografia estamos falando. Pois o que nos parece estar em questão são mecanismos relativamente novos de garantir a circulação de capital dessubstancializado em um contexto no qual a valorização do valor propriamente dita já não pode se realizar. Noutros termos, é necessário distinguir o movimento do capital em sua fase ascendente – quando sua missão civilizatória (Marx) ainda está por se realizar – do que ocorre com o capital em sua fase de automediação – isto é, quando o capital já não dispõe de limites internos e externos para irromper e só pode atuar como mediação de sua crise mesma (Kurz, 2014). Ante tal aporia histórica objetiva, faz-se necessário pôr em revista o aparelho conceitual da ciência geográfica erigido mormente no período histórico no qual o capital ainda ascendia.

---

<sup>1</sup> Cf. Bonifácio (2023).

<sup>2</sup> Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em 17 de março de 2023.

<sup>3</sup> Região formada por porções dos territórios dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

O presente texto se propõe precisamente a esse movimento; embora evidentemente não tenha condições de esgotá-lo. A partir das pesquisas de diversos geógrafos contemporâneos que têm dialogado com a crítica da dissociação-valor (Boechat e Pitta 2020; Boechat, Toledo e Mendonça, 2020; Boechat et al., 2023; leite, 2020), e a partir da senda anunciada por Pitta, Boechat e Mendonça (2017), nos propomos a aprofundar a hipótese de que o contexto agroindustrial brasileiro calcado na reprodução fictícia do capital pode implicar em uma produção igualmente fictícia do espaço ou na ficcionalização do espaço mesmo. Para tanto retomaremos elementos que julgamos decisivos na História do Pensamento Geográfico – não no intento de realizar qualquer compêndio, mas de compreender o desenvolvimento histórico das categorias geográficas na relação que estas estabelecem com o desenvolvimento histórico do capitalismo.

Nosso percurso, retoma inicialmente a *descoberta* do espaço – ou melhor dizendo, de sua produção – como *momento* da reprodução capitalista; demonstrando assim a historicidade de uma categoria que não raro é transitoricizada. Esse movimento primeiro nos direciona à História do Pensamento Geográfico buscando, dentre outras coisas, deslindar os motivos de tal transitoricização, bem como de certo fetichismo espacial que acompanha a ciência geográfica. Na parte final, argumentaremos como apenas uma acepção que não restrinja a categoria espaço à sua fisicidade corpórea pode contribuir para uma melhor compreensão da mobilização do capital nesta quadra da história.

### **A produção do espaço: uma primeira aproximação**

O período histórico subsequente à revolução microeletrônica, tanto representou uma derrocada histórica – e em nada emancipatória – do capitalismo, quanto representou sobremaneira um solapamento das utopias. O colapso a modernização (Kurz, 1992) revelou a um só tempo o solapamento da utopia capitalista modernizadora (Jappe, 2013) e os limites das utopias de esquerda nutridas ao menos desde o século XIX. Algo que Paulo Arantes (2014) bem apreendeu e denominou como “rebaixamento do horizonte de expectativas”, no qual a “gestão da barbárie” (Menegat, 2019) se torna o horizonte possível de uma esquerda cada vez mais tolhida de possibilidades.

Paradoxalmente, as utopias do contemporâneo parecem se prestar à manutenção de um presente perpétuo. Se por um lado esse presentismo se faz ver na gestão da barbárie e na defesa obstinada das instituições por parte de parcelas nada desconsideráveis das esquerdas; por outro aparece, por assim dizer, em uma corrente mais fria como utopia de uma acumulação não mais possível do capital. Para além de uma espécie de “adesão ao fim do mundo” (Catalani, 2019), o que compõe a

tessitura do bolsonarismo, por exemplo, é uma utopia de valorização a despeito de sua impossibilidade efetiva.

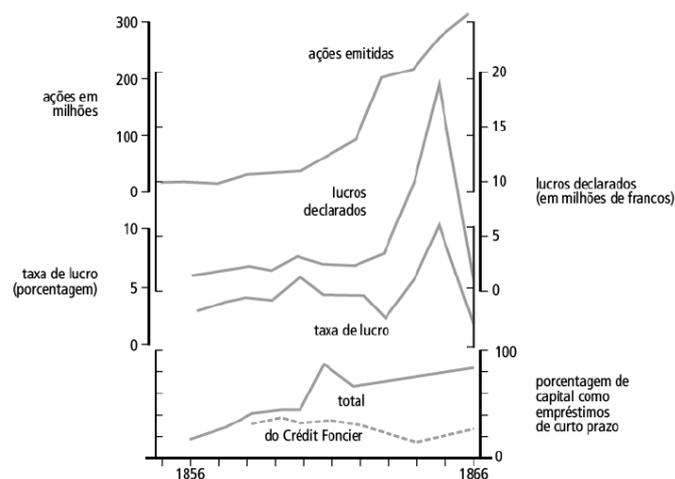
É que a “corrente fria” do novo radicalismo de direita – nomeada pela mídia de “ala técnica” em contraposição àquela que seria a “ala ideológica” – tem sua própria utopia concreta, que também não deixa de aderir radicalmente à catástrofe. Trata-se de uma utopia de valorização que tem na superfície da Terra e na produção e ficcionalização do espaço sua forma de ser. A radicalização da crise global da forma valor parece encontrar como último limite de sobrevivência a própria terra. A transformação completa da superfície da Terra em espaço. O que, no Brasil, indubitavelmente, assume caráter *sui generis*, haja vista a relevância histórica adquirida pela da propriedade privada em sua forma latifundiária.

Deste modo, tal utopia de valorização acaba por assumir a forma de uma espécie de utopia geográfica. Não mais aquelas do Eldorado, do Éden ou das viagens de Marco Polo, como teorizou Ernst Bloch (2006, Volume II), mas uma utopia, por assim dizer, bem menos fantástica. Como formulou o próprio Bloch ([1959] 2006, Volume II, p.341), em um período no qual a problemática das mudanças ambientais e climáticas sequer havia se colocado da ordem do dia: “quase todas as costas distantes foram descobertas. Poucas terras habitáveis ainda não foram penetradas, e a flor azul não foi encontrada. Logo não ficou preservado nada, quase nada do sonho geográfico em sua configuração antiga”. De modo que “com exceção de alguns desertos enormes, cordilheiras, florestas virgens, e provisoriamente ainda a Antártida, quase todas as regiões da superfície terrestre foram incluídas no raio da ação humana, sendo transformada pelas condições da sociedade e de acordo com elas” (Ibidem, p.342).

A totalização da forma mercadoria, portanto, implicou em uma “decisiva ultrapassagem quantitativa e qualitativa da produção no espaço para a produção do espaço enquanto tal” (Bonifácio, 2019, p.151). Ou seja, da produção de coisas diversas e parcelares sob a forma mercadoria, a imposição do capital passou a demandar a produção do espaço mesmo enquanto mercadoria. O urbanismo, a partir da experiência da reconstrução de Paris levada a cabo por Haussmann (1853-1870), já havia aberto caminho para “um quadro espacial em torno do qual esses mesmos processos – de desenvolvimento industrial e comercial, de investimento em habitação e segregação residencial etc. – puderam se juntar e desdobrar suas novas trajetórias, definido assim a nova geografia histórica da evolução da cidade” (Harvey, 2015, p.155). Harvey demonstra como na reconstrução parisiense já aparecem rascunhados pela primeira vez os elementos de articulação de um sistema de crédito como propulsor da produção do espaço urbano. Se a reconstrução de

Paris, como realizada por Haussmann, pode ser considerada a base do urbanismo moderno, e não a igualmente radical reconstrução de Lisboa lavada a cabo pelo Marquês de Pombal, cem anos antes, em decorrência de um terremoto que havia devastado a capital portuguesa, é fundamentalmente porque no caso francês “o sistema de crédito foi racionalizado, expandido e democratizado mediante a associação de capitais”. E ainda que obviamente tal *democratização* tenha sido realizada “à custa da especulação quase sempre descontrolada e da crescente absorção de todas as poupanças em um sistema centralizado e hierarquicamente organizado que deixava as pessoas de baixa renda ainda mais vulneráveis às arbitrariedades e aos caprichos imprevisíveis dos detentores de algum poder monetário”, o decisivo a ser considerado é que “foi necessária uma revolução no sistema de crédito para produzir a revolução nas relações espaciais”. (Ibidem, p.170). Para além da produção de ambientes construídos sob uma nova égide que implicou na transformação decisiva da vida cotidiana parisiense, e em todo um ideário acerca da modernidade, o que se processava na haussmannização da cidade é a constituição de intrincados “sistemas financeiros verticalmente integrados que poderiam ser acionados para construir ferrovias, lançar todo tipo de empreendimento voltado ao transporte, comércio ou indústria e criar investimentos no meio ambiente construído”. (Ibidem, p.167). A burguesia parisiense descobria aí, com certo ineditismo, que a produção do espaço urbano poderia se constituir decisivamente como uma mercadoria de novo tipo, e altamente rentável. Como demonstra o autor (figura 1), as operações da *Compagnie Immobilière* revelam claramente a associação entre o sistema crédito recém-desenvolvido com os lucros obtidos pelo empreendimento.

**Figura 1: Operações da *Compagnie Immobilière* entre 1856-1866**



Fonte: Harvey (2015, p.167).

A partir da crise radical e fundamental da forma valor aprofundada a partir da década de 1970, no entanto, essa experiência histórica, que àquela altura já não era uma exclusividade da Paris do século XIX, começa a massificar-se como sendo a forma mesma de produzir o meio com espaço abstratizado. A produção do espaço – tanto em contexto urbano, onde a marca do urbanismo moderno é indelével, quanto em contexto agrário, sob os ditames da revolução verde e da mecanização agrícola – passa a se apresentar como subterfúgio à desvalorização estrutural. De modo que no âmbito da crise fundamental do capital é possível compreender a generalização das intervenções urbanas, por exemplo,

e a expansão dos investimentos a ela concernentes, vigentes inclusive a nível mundial, como uma tentativa de fazer coincidir estas inversões de capitais com a massa de capitais disponíveis a procura de valorização. Entretanto, as tentativas de estabelecer uma relação proporcional entre capitais ociosos e investimentos imobiliários tendem a coincidir com a própria expansão da crise – dinheiro que continua ocioso do ponto de vista substancial –, pela impossibilidade de ampliar a massa de valor na medida equivalente à forma-monetária circulante (Couto, 2011, p.136).

Neste mecanismo, que não esteve restrito ao urbano, mas se particulariza no campo nos termos da agroindústria, há ainda, contudo, uma decisiva imbricação entre as condições naturais e o que se produz efetivamente enquanto mercadoria – o próprio espaço aí incluso, evidentemente. Nos termos de Bloch (2006, Volume II, p.342), “a própria Terra exerce um papel no metabolismo entre ser humano e natureza, mediante uma intervenção com a participação tão poderosa quanto transformável da natureza”. Por mais que a produção dos meios, ao longo da história da modernização ampliasse paulatinamente a tábula rasa sobre as particularidades, abstraíndo-as na forma moderna do espaço produzido,

os climas e as matérias-primas existentes determinaram objetivamente o respectivo mundo humano que se formava. Jamais esteve situado na lua, jamais puramente no intelecto. Situava-se na Terra que propiciava ao trabalho humano possibilidades físicas e que justamente por isso foi ela própria transformada por intermédio desse trabalho, em panorama agrário, e por último em urbano e industrial (Ibidem, p.342).

A agudização contemporânea dessa crise fundamental, contudo, marcada por novas estratégias de ficcionalização do valor e da renda, parecem estabelecer uma nova realidade categorial na qual o espaço, tal como a forma valor, tem sua produção mesma ficcionalizada. Proposição que só pode ser compreendida se a categoria espaço não for positivada em sua aparente fisicalidade ontológica, mas compreendida ela mesma como categoria negativa própria à imposição das categorias da modernização capitalista. Para desdobrar essa hipótese permitimo-nos uma digressão à história do pensamento geográfico como particularidade da moderna e parcelar divisão do conhecimento que aparece mormente como racionalização da irracionalidade objetiva da modernização capitalista, escamoteando, portanto, o contraditório e o negativo que poderiam revelar essa irracionalidade mesma. Desta compreensão retornaremos ao contemporâneo visando compreender em que

medida as hodiernas formas de ficcionalização do valor podem implicar em uma outra compreensão da produção do espaço.

### **A Geografia da não-contradição**

Por ocasião de sua tese sobre Kierkegaard, Adorno formula uma distinção que lhe é bastante cara entre o pensamento filosófico – não identificado com as ciências parcelares – e a ciência enquanto tal. Para ele,

a filosofia não se distingue da ciência [...] por um grau mais elevado de generalidade. Não é nem pela abstração das categorias, nem pela natureza de sua matéria que ela se diferencia da ciência. A diferença central é melhor dizendo a seguinte: que a ciência particular aceita seus resultados, pelo menos os últimos e mais profundos de seus resultados, como indissolúveis e fundamentados em si mesmos, enquanto a filosofia considera já o primeiro resultado que lhe é dado como um signo a decifrar. Para dizer claramente: a ideia da ciência é a pesquisa, a da filosofia, a interpretação. (ADORNO, [1933]2010, p.134).

Embora mais tarde Adorno ([1966]2009, p.12) lamente o fato de a “regressão da filosofia a uma ciência particular, imposta pelas ciências particulares, [ser] a expressão mais evidente de seu destino histórico”, a distinção por ele proposta ainda na juventude segue tendo algo fundamental a nos dizer. Trata-se da insuficiência – quando não ausência – do negativo nas ciências parcelares. A razão esclarecida e iluminista que funda as ciências modernas impõe a estas, já de berço, uma positividade da qual não puderam se despir mesmo em suas vertentes críticas. Esse *déficit* de negatividade se comunica precisamente à dissolução das diferenças que a *démarche* iluminista impõe. Quando o moderno pensamento esclarecido “começou a suplantar a religião, sua intenção não era abolir a verdade objetiva, mas apenas tentar dotá-la de novo fundamento” (HORKHEIMER, 2002, p.22); no entanto, “o medo de que a própria linguagem pudesse abrigar resíduos mitológicos” (Ibidem, p.27), acabou por fundar uma nova espécie de mitologia. O pensamento esclarecido atacou a religião em nome da razão, mas o que acabou por destituir não foi a Igreja enquanto tal, mas certa metafísica e o próprio conceito de uma razão objetiva. “A razão como órgão destinado a perceber a verdadeira natureza da realidade e determinar os princípios que guiam a nossa vida começou a ser considerada como obsoleta”, em uma racionalidade na qual “especulação é sinônimo de metafísica, e metafísica é sinônimo de mitologia e superstição” (Ibidem, p.23). Todo pensamento que se desvia, que se permite *perder* no não-idêntico, no que é múltiplo e diverso, passa a ser tomado como expressão de uma desrazão, pois avessa ao progresso inexorável demandado pelo moderno.

A racionalidade do esclarecimento é a *busca* incessante pela coerência sem resíduo no âmbito das ideias, a montagem de um sistema que abarque, através de um menor número possível de princípios fundamentais, a complexa rede de acontecimentos: a *mathesis universalis*. O sentido da percepção da diferença reside, então, na oportunidade de se filtrá-la pela equalização através de algum

procedimento “abstratizante” de montagem de um quadro completo das ocorrências possíveis (FREITAS, 2006, p.75, grifos do autor).

Daí que “o número tornou-se o cânon do esclarecimento”, onde “as mesmas equações dominam a justiça burguesa e a troca mercantil” (Adorno & Horkheimer, 1985, p.22). O fetiche do equivalente, como forma social, portanto, extrapola a *imediaticidade* da forma mercadoria, na medida em que a forma mercadoria mesma extrapola sua imediaticidade corpórea torna-se forma social.<sup>4</sup> Nessa constelação, a dissolução da diferença equivale à positividade do pensamento rumo ao progresso que apenas seria possível pela liquidação dos mitos e de toda metafísica. Em tal mundo, “tudo o que representa a diferença tem de tremer” (Ibidem, p.166). No entanto, “o preço que se paga pela identidade de tudo com tudo é o fato de que nada, ao mesmo tempo, pode ser idêntico consigo mesmo” (Ibidem, p.23-4). É que “é precisamente a igualdade de tudo com tudo”, ou seja, um estado de indiferenciação, “que se afigurava como a essência do mito: todo acontecimento é visto como retribuição, expiação, pagamento, resgate, reedição de algum evento primordial, situado em um não-lugar fora do tempo e da história comum dos homens” (Freitas, 2006, p.76). Friedrich Jamerson (1996, p.121) resumiu bem a questão ao asseverar que o “positivismo” pode ser considerado

significando um compromisso com os fatos empíricos e fenômenos do mundo nos quais o abstrato – tanto a interpretação como as ideias gerais, tanto as unidades coletivas sincrônicas mais amplas como as narrativas ou genealogias diacrônicas – está cada vez mais restringido, quando não sistematicamente perseguido e extirpado como uma relíquia e uma sobrevivência de categorias e pensamentos antigos tradicionais, “metafísicos”, ou, simplesmente, obsoletos e antiquados.

A identidade do positivismo revela-se, portanto, *negativa*, pois se funda precisamente na negação de um mundo não superado, mas pretensamente extirpado, negado *ad hoc* pela razão. A metafísica atirada pela janela, no entanto, retorna pela porta. Se, paradoxalmente, a metafísica torna-se real sob a forma da valorização do valor, não se trataria de extirpá-la como na *démarche* positivista, mas precisamente tomá-la como momento. A ultrapassagem da metafísica apenas seria possível caso se reconheça que esta não é *mais* coisa do pensamento, mas, por assim dizer, o cerne mesmo da mediação social.<sup>5</sup> A cegueira do pensamento esclarecido – no qual se inserem mesmo as esquerdas e os marxismos tradicionais – quanto à materialidade da “metafísica real” (Kurz, 1995a) encarnada no processo de valorização do valor fez que esta fosse tomada como espécie de desvario que pudesse ser dissolvido como resíduo do pensamento mítico irracional. Escapa aí ao pensamento esclarecido que “o conceito, que se costuma definir como unidade característica do que está nele

---

<sup>4</sup> Lembremo-nos da alegoria marxiana na qual uma “mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (Marx, 1986, Livro I, Tomo I, p.197).

<sup>5</sup> A proximidade entre o sujeito transcendental tal como formulado por Kant e a constituição da abstração real moderna e do fetichismo que lhe é concernente evidencia esse movimento (Cf. Jappe, 2017).

subsumido, já era desde o início o produto do pensamento dialético, no qual cada coisa só é o que ela é tornando-se aquilo que ela não é” (Adorno & Horkheimer, 1985, p.26). Esse *escape*, ou esse lapso, não é, no entanto, mera contingência, mas necessidade mesma de um pensamento que se funda positivo, estrangulando a negatividade do mundo sem superá-la, sem submetê-la à negação dialética.

Com a ciência geográfica, o desenvolvimento histórico não é distinto. A própria gênese histórica da categoria espaço – que hoje pouco se diverge sobre ser o cerne das análises geográficas – demonstra essa positividade ofuscante oriunda do projeto iluminista que a funda.

O brilho cego do Iluminismo desabou o Espaço categorial sobre o *Topos*, e se ele ainda permanecia transcendental como em Kant, ele estava ao mesmo tempo desabado como queria Hegel. [...] O Homem agora era o centro do mundo, e não as divindades: o Espaço também poderia ser espaço dos homens. [...] O que se manifestaria logo como o esmigalhamento do espaço enquanto substância, e a premência do espaço como acidência. Afinal, em que poderia consistir agora a substância do espaço, se este agora era ao mesmo tempo sideral e social? Divino e profano? Físico e metafísico? Transcendente e imanente? Mais tarde o espaço urbano! A dessubstancialização da categoria não se fez sem que novos paradoxos emergissem. A substância das acidências passou a ser uma preocupação obstinada das ciências parcelares que começavam a se dedicar a entender os espaços que se multiplicavam na medida em que os fragmentos do Espaço Ideal desabavam sobre o *Topos* terreno. A Geografia, em sua vocação eminentemente esclarecida, não fez coisa outra senão agarrar um desses fragmentos acidentais e colar-lhe um rótulo: geográfico. Ora, havia agora um espaço da geografia, outro da astronomia, outro da matemática, outro da arquitetura, outro da física! O espaço, enquanto vocábulo, passa a se referir a quase tudo, enquanto categoria, a nada. Os fragmentos da pseudototalidade apriorística se dividem entre os herdeiros da filosofia especulativa escamoteada pela razão esclarecida, instrumental e positivista, e os herdeiros da ciência natural. (Bonifácio & Ribeiro, 2016, p.88).

A gênese cindida do espaço ainda hoje representa um alto custo à Geografia. Tal custo remonta a um período onde tanto a problemática do espaço, quanto seu próprio objeto – a produção do espaço enquanto tal – ainda não estava colocada. Refiro-me aqui ao período de predominância das geografias tradicionais ou, de modo mais preciso, e nos termos de Guilherme Ribeiro, das *geografias imperiais*. Segundo ele, “quanto mais conhecemos o pensamento de nossos geógrafos ditos ‘clássicos’, mais nos surpreendemos com sua riqueza e complexidade” (Ribeiro, 2014, p.153), de modo que uma espécie de tábula rasa capaz de reduzir essa multiplicidade de autores sob a alcunha de “clássicos” ou “tradicionais”, com conotação muitas vezes pejorativa, se revelaria como uma classificação precária que mais obscurece as contribuições e limites desses autores do que nos revela algo acerca de suas obras. Se quiséssemos mesmo buscar alguma identidade que possa unir produções tão diversas quanto as de Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache, Albert Demangeon, John Mackinder e outros tantos, ela só poderia ser encontrada na preocupação propriamente imperialista posta em suas obras, e na conseqüente condição colonial que se impunha como necessidade à fundação do moderno sistema produtor de mercadorias na Europa. Daí que “não é mera coincidência averiguar o envolvimento explícito de Ratzel, Vidal de La Blache e Mackinder com

o imperialismo, assim como também não é acidental encontrar uma série de intersecções nas obras de tais autores”

Eles partilham preocupações referentes à manutenção e à dilatação de seus impérios (incluindo a problemática das *fronteiras*); à conexão dos espaços dada pelos transportes e comunicações; à formação da escala-mundo; ao fortalecimento econômico dos mercados nacionais; à adaptação das civilizações aos mais diferentes ambientes e à influência destes sobre o processo histórico em geral. Suas geografias realmente possuem um núcleo comum: a Terra como legítima plataforma de difusão do *modus vivendi* europeu (Ibidem, p.157, grifos do autor).

Em verdade, como as demais ciências parcelares, a Geografia teria se constituído historicamente com a missão de “dar conta de racionalizar uma realidade onde a irracionalidade da crise de reprodução do valor despontaria a todo momento” (Lima, 2017, p.64). Exemplo lapidar de tal processo encontra-se nas formulações de Friedrich Ratzel. Este não apenas “fetichizaria a contradição entre acumulação e crise” (Ibidem), ao propugnar a superioridade dos povos imperialistas sobre os colonizados em nome da raça e da técnica, mas, sobretudo, forneceria, por meio de sua *Geografia Política*, a estratégia ideológica do expansionismo alemão. Haveria, assim, nas formulações ratzelianas um sentido teleológico no expansionismo colonial, como sentido e razão de ser dos povos tecnicamente mais desenvolvidos.<sup>6</sup> Trata-se mesmo de uma estratégia própria não apenas da expansão física do império – ou de seu modo de vida, como argumenta Ribeiro (2014) –, mas acima de tudo da mobilização da força de trabalho para além dos contornos da Europa. Esse seria, aliás, segundo Raffestin (1993, p.42), “a diferença essencial entre o sentido militar e o sentido geral do conceito de estratégia, é que no primeiro caso visa-se sempre – ou quase – a destruição, a derrota do adversário e de seus recursos, enquanto no segundo caso visa-se o controle, embora às vezes também a destruição do adversário e de seus recursos”. Tratava-se menos em Ratzel da destruição dos *dominados* do que de sua expropriação. Índice disso é que as preocupações propriamente imperialistas de Ratzel não se comunicavam apenas à expansão das fronteiras do império alemão, mas, sobretudo à conformação tardia do território germânico sob a forma moderna do Estado, a ponto de Raffestin (1993) poder dizer que a tradição ratzeliana produziu muito mais uma geografia do Estado que uma geografia política propriamente dita. Em última instância, “os escritos de Ratzel refletiam a necessidade de formação do Estado nacional

---

<sup>6</sup> Claude Raffestin (1993, p.15) nos lembra de maneira pertinente que a Geografia de Ratzel não pode ser compreendida se não levarmos em conta que “achava-se mergulhada no contexto hegeliano”. E não seria demais lembrar o sentido teleológico que assume a nação germânica na filosofia de Hegel: “para se libertar desta perdição de si mesmo, e do seu universo, e do infinito sofrimento que lhe é consequente - sofrimento de que o povo israelita foi o suporte -, o espírito, fechado em si mesmo no extremo da sua negatividade absoluta, apreende, numa perturbação que é em si e para si, a positividade infinita da sua vida interior, o princípio da unidade da natureza divina e humana, e na consciência de si e na subjetividade aparece a reconciliação como verdade objetiva e liberdade. O princípio nórdico dos povos germânicos é que tem a missão de tal realizar [...]. “Nele, por uma evolução orgânica, adquire a consciência de si a realidade em ato do seu saber e da sua vontade substancial, como na religião encontra o sentimento e a representação daquela verdade que é sua, sua essência ideal, e na ciência obtém o conhecimento livremente concebido dessa verdade como idêntica em suas três manifestações complementares: o Estado, a natureza e o mundo ideal” (Hegel, 1997, p.316-7).

como precedente lógico para que a tríade capital, terra e trabalho, se estabelecesse, permitindo assim a acumulação pressuposta na fórmula trinitária” (Lima, 2017, p.65). Pois, não seria possível “mobilizar força de trabalho e garantir a propriedade privada da terra e dos meios de produção sem a coerção estatal, seja ela pela violência econômica ou extra-econômica” (Ibidem). Lembremo-nos que o próprio Marx (1986, Livro I, Tomo II, p.356) salienta o papel do que chama de “legislação sanguinária contra os expropriados” como forma de estabelecer leis para o rebaixamento dos salários. O que, notadamente, não seria possível em uma estrutura territorial demasiado fragmentada como aquela que apresentava a Alemanha anteriormente à unificação. Espaço vital (*Lebensraum*), em Ratzel (1903) nada mais seria que aquele “necessário à satisfação e plena realização das potencialidades da sociedade germânica, unificada pelo fetichismo nacionalista, forma pelo qual o valor a envolveria [...] na concorrência intercapitalista” (Lima, 2017, p.66).

As preocupações de Vidal de La Blache, por seu turno, não estariam muito distintas das do adversário teórico alemão. Proximidade que a velha querela entre determinismo e possibilismo acaba por toldar. O que há de substancialmente distinto entre as elaborações conceituais de Ratzel e La Blache seria melhor compreendido pelas próprias formações categoriais dos territórios alemão e francês, respectivamente. Pois se, no caso alemão, o processo de urbanização ocorria de modo a favorecer a unidade nacional, na França o processo ganhava direção oposta. Distinção que o conceito de gênero de vida (*genre de vie*) bem expressaria.

A expansão do capital na França, ao longo do século XIX, estaria a promover a divisão campo-cidade que, paulatinamente, esfacelaria as antigas relações rurais no país natal de La Blache, o que ameaçaria a unidade nacional francesa, costurada pelo agrário. Apegar-se aos “gêneros de vida” se constiuriria, assim, na “tábua de salvação” para a nação francesa, ameaçada pela irracionalidade da industrialização e da urbanização (Lima, 2017, p.67).

La Blache ontologizaria, assim, uma condição *primordial* e *natural* ao povo francês como forma de afirmação de uma identidade nacional. Essa formulação poderia parecer surpreendente para aqueles que veem na Geografia Humana de La Blache uma afirmação das potencialidades do homem em relação ao meio físico. Mas, nos termos do próprio geógrafo francês, “Os fatos de Geografia humana ligam-se a um conjunto terrestre e *apenas por este são explicáveis*; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, *resulta da combinação das condições físicas*” (La Blache, 1954, p.30, grifos nossos). Em último termo, aquele alerta feito por Fernandes Martins (1954, p.8), no Prefácio da edição portuguesa dos *Princípios de Geografia Humana* de La Blache – “Quando se fala de ‘fronteiras naturais’, quando se escutam alusões a ‘espaço vital’... Cuidado! Tratemos de investigar a que imperialismo estarão estes mitos a servir de máscara” – poderia ser aplicada, ainda que de outro modo, à própria obra a qual prefacia. Em tal movimento, “o aparente equilíbrio que

‘apareceria’ em seus ‘gêneros de vida’, e que apontaria no sentido da possibilidade da relação harmônica entre o homem e seu meio, constituir-se-ia em um movimento do capital que, apartado da totalidade (o próprio desenvolvimento do capital como um todo), permitiria que o mesmo fosse interpretado racionalmente” (Lima, 2017, p.68). O próprio primado regional – oriundo da clássica divisão lablachiana do território francês em 15 *pays* – seria expressão desse fetiche do particular que permitiria a expressão do equilíbrio, escamoteando o contraditório que apenas se revelaria ao nível da totalidade. A centralidade do conceito de *pays* – que inclusive derivaria no vocábulo país – é bem explicitada por, Marie-Vic Ozouf Marigner (2004, p.2)

Para a geografia do último quartel do século XIX, o *pays* tem ainda o *status* de um paradigma. O reconhecimento de unidades homogêneas do ponto de vista de suas características físicas e humanas contribui não apenas para orientar a análise geográfica de várias décadas, mas participa da delimitação epistemológica da disciplina geográfica entre outras ciências. De fato, a natureza do *pays* baseando-se em seus componentes, geológico, mineralógico, pedológico, botânico e climático, seu estudo ancora a geografia nas ciências naturais e permite afirmar sua autonomia em relação à história, da qual é tradicionalmente a auxiliar.

O primado regional clássico seria, por um lado, a tentativa de estabelecer a unidade pela diferença, como se cada parte do todo constituísse um momento decisivo precisamente na formação desse todo; onde, obviamente não há contradições e o todo é exatamente a soma das partes. Essa tensão entre o regional e o nacional é um dos cerne da geografia de La Blache, e um dos motes mesmo da formação dos capitais nacionais. Por outro lado, tal primado “seria uma forma de apartar a acumulação de seu momento irracional, nos permitindo enxergar, fetichistamente, uma aplicação perfeita do capital onde a acumulação estaria a ocorrer, e uma aplicação deficiente (do capital) nas regiões em crise” (Lima, 2017, p.70), criando assim a imagem do atrasado, do subdesenvolvido, em contraposição ao moderno e desenvolvido, ao “não-ornitorrinco”, para nos remetermos aos termos de Chico de Oliveira (2003). Acumulação e crise, aparecem aí como momentos dissociados, obnubilando a dialética e a simultaneidade entre acumulação e crise da acumulação; e deixando na penumbra a íntima relação entre colonização e formação do capital no alvorecer do processo de modernização. O que não quer dizer que “região” seja apenas um discurso legitimador sem materialidade, um constructo retórico, mas que se realiza como objetividade fantasmagórica e *momento* decisivo da formação categorial do capital enquanto relação social. E precisamente por também operar como consciência fetichista interna à moderna forma da teoria, o conceito de região pode aparecer como distinção entre áreas – como na linguagem de Hartshorne (1969) – quando o que está em questão é precisamente a dissolução da diferença e do contraditório – tanto do ponto de vista conceitual quanto categorial. Em outras palavras, não apenas na formulação deste ou daquele pensamento “região” opera como dissolução do contraditório, mas as regiões que se formam objetivamente têm precisamente essa função imanente ao processo de acumulação.

Movimento que a *aparente* cisão entre geografia idiográfica e nomotética ajuda a obscurecer, pois ambas, embora partam de polos opostos – particularidade e generalidade –, gostariam de *conjurar*<sup>7</sup> a diferença, seja negando-a ou hipostasiando-a, movimentos contrários, mas que resultam igualmente na dissolução do contraditório.

A moderna categoria espaço, que não surge como um raio em tarde de céu azul na mente brilhante de um grupo de pensadores, mas se põe como realidade concreta e material ao longo da história da modernização, expressaria precisamente esse contraditório que o *momento* regional do pensamento tratava de obnubilar. Max Sorre seria um dos primeiros a se aperceber dessa nova realidade categorial que se punha ao lidar com as aporias que o conceito de meio começava a representar na análise da urbanização francesa.

Um dos principais responsáveis pela consolidação do “meio” como categoria geográfica, Sorre, ao se defrontar com as cidades francesas que começavam a crescer desmedidamente no final do século XIX expressa que, certamente, o meio já não fornecia a chave de compreensão da nova realidade que se desvelava. O clima, sempre presente nas considerações de Sorre sobre o meio, é um dos fatores preponderantes para a percepção deste geógrafo de que a relação homem/mundo já desviara da estreiteza que fundava o meio como “gênero de vida” – para nos remetermos a Vidal de La Blache. “Reconheceremos a originalidade dos climas urbanos. Trata-se aqui, sobretudo, dos climas das grandes cidades. O fator dominante não é mais de ordem física, mas sociológica” [afirmaria ele]. Assim, se o meio ainda pressupõe uma ecologia da qual o homem é parte constituinte, nessa realidade “sociológica” com a qual Sorre se defrontava havia uma dessimetria destacada, uma elevação do homem em relação ao mundo, o qual na medida em que dominava em função da técnica, apartava-se de maneira decisiva (Bonifácio & Ribeiro, 2016, p.89).

Nos termos de Sandra Lencioni (2003, p.141), “a análise da sociedade cada vez mais urbana e metropolitana, traduziu-se na ideia de espaço como um campo de ação e fluxos”, onde “o desenvolvimento dessa perspectiva na Geografia significou o abandono da ideia da região como síntese dos aspectos naturais e humanos, para se vincular à organização do espaço”. A maneira como a categoria “espaço” penetrou no campo conceitual da Geografia, contudo, não apenas o reificou com o rótulo de “geográfico”, como perpetuou a inconsciência quanto a seu momento contraditório; fornecendo assim, não uma chave de interpretação e de crítica pela via da diferença e da contradição, mas a formulação da diferença como identidade.

Também por isso, as empreitadas pós-estruturalistas que buscaram compreender o espaço pela via da diferença pouco puderam oferecer no sentido de apreendê-lo em suas contradições. É que o reconhecimento da diferença apenas não seria uma reposição da moderna e reificada forma de consciência teórica se essa diferença fosse elevada ao nível de contradição, não para que se realize uma síntese dos movimentos contraditórios, mas precisamente para dissolvê-los, sem com isso

---

<sup>7</sup> A noção de conjuração aqui remete à filosofia adorniana, donde conjurar consiste em presentificar algo para expurgá-lo. Dialeticamente, tornar presente para garantir a ausência.

estabelecer uma nova identidade. Sem esse movimento negativo, o reconhecimento da diferença é apenas mais uma reafirmação das cantilenas pós-modernas que, em última instância, não contribuem para a dissolução consciente da identidade totalitária e negativa da forma valor, mas apenas dissolvem discursivamente a própria objetividade, numa *démarche* na qual diferença se confunde com singularidade subjetiva e, em último termo, liberalismo de esquerda. Se “a contradição dialética não é o absurdo lógico”, portanto, “se o pensamento dialético se baseia (ou se “funda”) naquilo que o lógico declara como absurdo, até mesmo impossível”, e “o dialético não concebe esse absurdo ou essa impossibilidade como tais; ao contrário, vê neles um ponto de partida e a inserção numa inteligibilidade que ele declara concreta” (Lefebvre, 1975, p.19), a diferença não pode vir a ser identidade da contradição, mas o não-idêntico. Em última medida, não se trataria nem mesmo de uma positividade categorial do espaço, mas de tomá-lo como momento indissociável à crítica categorial, na qual os próprios *momentos* – como motor negativo da crítica – teriam de ser suprassumidos, não como negação abstrata, não como conjuração, mas no reconhecimento de sua objetividade fantasmagórica e negativa, onde sua materialidade mesma faz-se como o não ser de sua concretude imediata.

A clássica interpretação miltoniana do espaço como “acumulação desigual de tempos” (Santos, 1978, p.209) não nos parece atingir o estatuto da questão e elevar a diferenciação imanente ao nível da contradição e da crítica categorial. Isso sobretudo se tivermos em conta que tal formulação coabita o universo conceitual que compreende que “as categorias de análise, formando sistema, devem esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele” (Santos, 2006, p.13). Ao conferir uma substância ontológica ao espaço e um caráter transistórico à sua produção, Milton Santos vai na direção oposta à compreensão de que “o espaço, assim como as forças produtivas que o engendram nada tem de natural, não é uma substância da natureza, mas uma substância do social” (Bonifácio & Ribeiro, 2016, p.90). Em tais abordagens é de todo ausente a compreensão de que “como conceito e realidade, a re-produção das relações de produção não foi descoberta: descobriu-se”, (Lefebvre, 1973, p.5), e apenas nessa etapa de desenvolvimento da humanidade, “o espaço sai das sombras, como o planeta de um eclipse” (Lefebvre, 1976, p.291). Noutros termos,

O plano lógico-formal da realidade estabelecida pela forma valor tem esta potência de, enquanto abstração, reduzir os momentos dispersos na condição de unidade da/na reprodução do valor. Deste ponto de vista, a unidade posta do capital enquanto momento reflete a dimensão espacial do processo efetivado desde sua gênese histórica, mas implica também em uma gênese que apresenta as suas determinações lógicas. Deste ponto de vista, Henri Lefebvre aponta a possibilidade de se pensar o espaço como abstração concreta – no sentido de que a lógica posta na realização da forma valor, como redução do antes e do depois a um só momento, determinação, ao que parece, das mediações enquanto que abstrações, efetiva o próprio espaço enquanto categoria analítica e social. Deste ponto

de vista, a abstração espacial posta como necessidade lógica da reprodução do moderno, simultaneidade fundamentada pelo valor-trabalho, concretiza-se na medida em que se põe como forma de sociabilidade reprodutora da forma valor. Daí a tese de que o espaço social é, ao mesmo tempo, abstrato e concreto, redução do tempo ao espaço (Alfredo, 2006, p.58).

Nessa compreensão, mesmo o urbanismo moderno, que tem em figuras como Haussmann e Le Corbusier sua grande expressão, não seria *per se* o produtor de um espaço ao qual “temos, forçosamente, que ajustar as nossas práticas diárias”, como compreendeu Harvey (1998, p.190), mas é ele mesmo *momento* de uma racionalidade especificamente moderna que tem na noção de espaço um norteador pretensamente concreto – porque empírico – da reprodução mesma da forma valor. A pretensa natureza concreta – porque empírica – do espaço é o que permitiria a compreensão deste ser uma *acumulação desigual de tempos*, na precisa medida em que se depreende o espaço como sendo “aquela identidade presentificadora do tempo, onde a abstração frequentemente estaria referida à dimensão temporal e a concretude ao espaço porque o presente” (Alfredo, 2006, p.60). O que, ao fim e ao cabo, já se encontrava em outros termos na *Revue des Deux Mondes* de Reclus, na clássica fórmula de que “a História é a Geografia no tempo e a Geografia é a História no espaço”. O que deriva – tanto em Santos quanto em Harvey – de certa ruptura “com a idealidade hegeliana” que acabou por dispensar “a análise das abstrações para a compreensão do moderno e da modernidade, como se a referência científica a elas fosse algo que desprestigiasse a noção de materialismo e ou materialidade, o que suscitou a não compreensão das determinações metafísicas da sociabilidade sob a forma do capital. A partir daí, científico confunde-se com o material”, (Ibidem, p.61) e este último como o concreto. Nos termos de Amélia Damiani (2008, p.29), a dissolução da potência crítica, da crítica categorial “e o avanço de um certo empirismo coincide com o predomínio [...] do espacial sobre o temporal”. O que se expressa na “forma que o espaço vem sendo pensado na Geografia, num sobrevoo materialista”, e se difundindo internamente à “própria concepção de organização do espaço, quando identifica interesses privados determinantes. Eles aparecem, nesse caso, como interesses especulativos, que comprometeriam a utopia de um espaço como continente civilizador” (Ibidem, p.209).

Reproduzir-se-ia aí o fetichismo do positivo que funda a ciência moderna e esclarecida, donde a negatividade é convertida em irracionalidade e a contradição reduzida à mera diferença. Não caberia, por outro lado, ao pensamento negativo escamotear o contraditório e não puramente empírico como sendo de ordem metafísica e a metafísica como irracionalidade. Ao oposto, caberia tomar a metafísica real como *momento*, não para positivá-la, mas elevá-la ao nível da crítica categorial. Apenas nessa medida, “a categoria espaço, enquanto produção do espaço, ilumina esse período dos tempos modernos, crivado de crises: econômica, política...; ensaiando abrigar todas,

sintetizadas como crise social” (Ibidem, p.26), possibilitando criticá-lo na chave interpretativa da abstração real e, portanto, no campo de forças por ela engendrado.

Estamos falando, então, de uma ideia de totalidade da categoria espaço enquanto produção do espaço. [...] Nesse sentido, é possível recuperar a ideia de espaço abstrato, no interior da produção do espaço, e não como um paradigma teórico-abstrato ideal. Ele absorve a historicidade da formação econômico-social capitalista. Esse espaço abstrato, historicamente determinado se define, portanto, negativamente. [...] Como medição concreta para a formação e reprodução das abstrações concretas da sociedade moderna – a mercadoria, o dinheiro, o capital, o trabalho abstrato, o Estado, a técnica, o ambiente; em síntese, o valor de troca –, o espaço, enquanto produção do espaço, ganha a mobilidade dessa economia moderna, mercantilizando-se também (Ibidem, p.210).

Se compreendido para além de sua fisicidade imediata, portanto, se não ontologizado enquanto realidade social e não transitorizado enquanto produto da sociedade mesma, o espaço pode ser compreendido como momento da abstração real moderna, e abstração real ele próprio. Produção do espaço e produção de riqueza na forma valor, estabelecem uma unidade contraditória; momento da “correia de transmissão dos processos de trabalho de uma parte a outra da sociedade” (Rubin, 1980). O que se mostrará central para compreender em que medida a ficcionalização do valor em detrimento de sua produção pode implicar simultaneamente na ficcionalização do espaço como forma de ser do social em crise. É que se o valor não é algo que esteja *contido* na fisicidade das mercadorias, estando nelas *apenas representado* como fantasmagoria, algo próximo poderia ser dito acerca do espaço, compreendido aqui como produção do espaço no âmbito da abstração real moderna: sua substância, por assim dizer, não está contida na sua dimensão imediatamente física, como uma ontologia do concreto e do valor de uso poderiam fazer pensar, mas na relação social que o produz.

### **A mobilização do capital na agroindústria brasileira contemporânea**

Tal negatividade poderia ser compreendida a partir de particularidades da territorialização do capital em sua crise fundamental. Algo que Pitta, Boechat e Mendonça (2017, p.157) formularam afirmando que “no que se refere [...] ao papel do capital fictício permeando tal territorialização indicamos a concepção de uma produção do espaço na qual as materialidades estão diretamente subordinadas ao seu movimento global, permitindo a sugestão de uma qualificação deste processo como, no fundo, uma produção fictícia do espaço”. O processo hodierno de expropriação e estrangeirização de terras, crescente sobretudo nas chamadas frentes de expansão do agro, poderia ajudar a revelar esse processo de forma privilegiada. Far-se-ia necessário, no entanto, compreender em que consiste o *land grabbing* para apreendermos em que medida este fenômeno compõe o processo de deterioração do capital global, em oposição à interpretação mais recorrente de que tal

forma de territorialização representaria uma atualização da acumulação primitiva – que seria permanente – , ou mesmo de acumulação por despossessão, como gostaria Harvey (2005).

Borras et al (2012) ajuda-nos em uma aproximação do fenômeno do *land grabbing*. Com vistas a uma definição alargada desse processo, os autores compreendem que este pode ser apreendido a partir de três características fundamentais: em primeiro lugar represente “apropriação e controle”, compreendidos “como o poder de controlar a terra e outros recursos associados, como a água, a fim de obter benefício desse controle”. O que, nesse contexto, é muitas vezes vinculado “a uma mudança no significado ou uso da terra e recursos associados, uma vez que *os novos usos são em grande parte determinados por imperativos de acumulação do capital* que agora controlam um fator-chave de produção, a terra”. (Borras et al, 2012, p.404, grifos nossos). A segunda característica diz respeito à escala desse processo contemporâneo

Essa noção de escala, entretanto, não deve se limitar à escala das aquisições de terras. [...] o *land grabbing* envolve transações em larga escala em duas dimensões amplamente distintas, mas interligadas: a escala das aquisições de terras e a escala de capital envolvido. Este enquadramento leva-nos necessariamente a considerar as várias formas de aquisição de controle: compra, arrendamento, contrato de agricultura, conservação florestal e assim por diante. Tomar a escala do capital como unidade de análise inclui a terra como central na operação do capital, evitando ao mesmo tempo um foco apenas na escala de aquisições de terras, que tende a perder ou subestimar na análise, a lógica mais ampla subjacente à operação do capital (Ibidem).

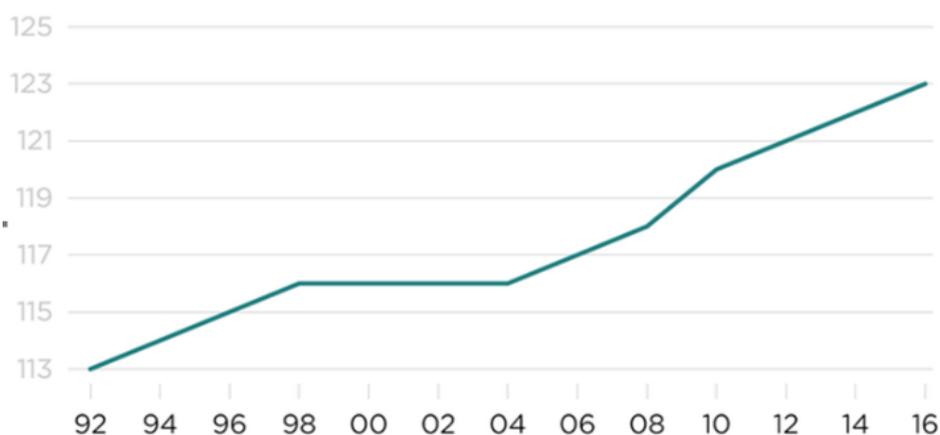
O terceiro traço fundamental desse fenômeno, segundo os autores, é que este se efetiva na e pela dinâmica do capital, aparecendo como resposta “à convergência de múltiplas crises: alimentar, energia/combustíveis, alterações climáticas e crise financeira (onde o capital financeiro começou a procurar por oportunidades de investimento novas e mais seguras” (Ibidem). Estaria calcada ainda na suposta necessidade emergente “dos mais novos conglomerados do mercado de capitais mundial, particularmente no grupo das principais economias emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – BRICS) e alguns poderosos países de renda média (MICs)” (Boechat et al, p.2022, p.18). Em síntese, o *land grabbing* contemporâneo pode ser apreendido em uma primeira aproximação como sendo

a captura do controle de extensões de terra relativamente vastas e outros recursos naturais através de uma variedade de mecanismos e formas que envolvem capital que muitas vezes desloca o uso de recursos para a extração, seja para fins internacionais ou domésticos, como resposta do capital à convergência das crises alimentar, energética e financeira, imperativos de mitigação de mudanças e demandas por recursos de novos centros de capital global (Borras et al., 2012, p.405).

Em que pese a referida multiplicidade de crises de fato se imporem na ordem do dia, poderíamos dizer que tais preocupações refletem acima de tudo a crise fundamental do capital posto de frente à sua irracionalidade. Por um lado, a real necessidade de expansão do potencial energético revela os limites externos da reprodução do capital, que não pode ocorrer – embora o pretenda – a despeito dos limites físicos do mundo. Por outro lado, a suposta crise alimentar em um mundo em

que se produz mais alimentos do que efetivamente se consome, aparece com um *álibi* aparentemente difícil de ser descartado, mas que tem seu fundamento não na produção de alimentos, mas na necessidade imposta ao capital, ante seus limites, de transformação de produtos diversos em ativos financeiros a serem especulados com vistas à ficcionalização do processo de valorização. O gráfico que se segue demonstra a falsidade da suposta crise alimentar, haja vista que a produção calórica mundial cresceu nas últimas duas décadas, atingindo a marca de 123% da necessidade *per capita* atual.

**Figura 2: Produção calórica mundial (%)**



Fonte: FAO apud (Nexo, 2016).

Se a fome e a subnutrição persistem como realidades contemporâneas, inclusive se agudizando em diversas regiões, isso se deve sobretudo à perda e ao desperdício do que foi produzido. De acordo com dados da FAO (apud NEXO, 2016), um terço de toda a comida produzida anualmente no mundo, o que representa algo em torno de 1,3 bilhões de toneladas, não é consumida. De tudo o que é jogado fora, apenas 25% já seria suficiente para abastecer a população com fome.

Por meio da particularidade do agronegócio sucroenergético, Ana Carolina Leite demonstra que a expansão dessas estratégias do capital ante sua crise tem fundamento um tanto distinto, pouco se vinculando àquelas necessidades supostamente impostas pela multiplicidade de crises que apontariam algum *valor de uso* nessas expansões.

Embora aparecesse relacionada com o esgotamento das reservas mundiais de petróleo e com a necessidade de soluções ecológicas e “sustentáveis” dentre elas, supostamente, a agroenergia e a bioenergia, a crise do preço dos alimentos, que ganhou forma em meados da década de 2000, e a demanda da China, em franca urbanização e desenvolvimento, por alimentos, matérias-primas e energia, a forma adquirida por aquela expansão levantaria questões sobre a existência de um fundamento diverso. No caso do agronegócio sucroenergético, reconhecemos um desmedido endividamento relacionado com a subida do preço do açúcar nos mercados internacionais. Essa escalada definia a quantidade de capital a juros que podia ser tomada empestada, uma vez que os empréstimos eram garantidos pela penhora da produção futura, por isso mesmo, necessariamente em expansão, inclusive mediante a incorporação de novas áreas, e, mais do que isso deviam ser pagos

em açúcar [...] Por isso muitas usinas chegaram a ficar endividadas em até cinco safras, e, quando veio a deflação do preço do açúcar e a alta do dólar, usinas como as pertencentes ao Grupo Renuka do Brasil começaram seu processo de recuperação judicial, enquanto outras decretavam falência num contexto em que a escassez de crédito impedia a obtenção de novas dívidas para saldar as anteriores. (Leite, 2020, p.189).

Se as hodiernas frentes de expansão baseadas em *land grabbing* não se realizam por necessidades que poderiam ser compreendidas no âmbito do valor de uso, tampouco podem ser apreendidos por meio das mencionadas interpretações marxistas que concebem tal processo no âmbito de uma acumulação primitiva permanente, nem mesmo na chave da acumulação por despossessão – ambas tributárias de uma concepção segundo a qual o capital sempre encontraria meios para garantir sua acumulação de forma interminável. Harvey (2005) ao teorizar sobre a acumulação por despossessão até fornece avanços em relação à concepção de uma acumulação primitiva permanente que não faria jus à mediação de uma dinâmica social na qual a liberação de força de trabalho, isto é, sua mobilização, não é o decisivo nas estratégias de sobrevivência do capital em seu atual estágio; antes pelo contrário, este expulsa cada vez mais o trabalho vivo de seus efetivos processos. Apesar disso, Harvey, ao manter-se preso à concepção ontológica do trabalho e do valor de uso compreende o processo à margem de sua substância. Para o autor, as estratégias de acumulação por despossessão aparecem como alternativas ao capital global mediante crises de sobreacumulação, isto é, os excedentes de capital estão ociosos e necessitam de fins lucrativos. O problema colocado pela crise fundamental da forma valor, contudo, aponta precisamente para a direção contrária: não há sobreacumulação propiciando crises do capital contemporaneamente. Ao oposto, é precisamente a impossibilidade da acumulação real que se põe como mola propulsora das crises empíricas, sendo a sobreacumulação apenas a aparência própria à ficcionalização via inflação de títulos de propriedade (Kurz, 2005b). Do mesmo modo, ainda que evidentemente haja despossessão ou espoliação nas franjas de expansão do capital e nos processos de estrangeirização, não raro alavancados por grilagem de terras, não há aí acumulação propriamente dita, o que se tem é a transformação da própria terra – e das mercadorias que podem ser especuladas a partir de sua propriedade – em ativos financeiros. Nestes termos, se os processos de estrangeirização e de grilagem – esta, traço indissociável da formação da propriedade privada no Brasil –, não são particularidades do contemporâneo, é preciso ter em conta que “a reiteração dos mecanismos de *land grabbing* [...] adquire sentido social e histórico distinto do que já teve para as fases de imposição da mobilidade do trabalho e de industrialização nacional” (Boechat, Toledo e Pitta, 2020, p.25). E, nesse aspecto, se a crise de 2008 não é o fundamento, mas apenas um sintoma de uma crise radical subjacente, ela, enquanto manifestação empírica da dessubstancialização em curso, ao

menos pode ser compreendida como um ponto de inflexão nas estratégias adotadas pelos capitais vinculados ao agronegócio atuando no Brasil.

Ao teorizarem a expansão do agronegócio na região do MATOPIBA como “última fronteira” na conquista do Cerrado pelas agroindústrias no século XXI, Pitta, Boechat & Mendonça (2017), apontam elementos importantes a esse respeito. Segundo eles,

A crise econômica de 2008 gerou uma mudança no perfil do agronegócio no Brasil e estimulou a presença de empresas transnacionais de diferentes setores, não só agrícolas, mas também financeiras. Tal processo estimulou fusões e aquisições, causando maior concentração de capitais. As empresas optam por tal procedimento com a intenção de aumentar seu capital e demais ativos, como máquinas, terras, subsidiárias, entre outros. Assim, o preço de suas ações passa a ser parte fundamental do valor de mercado e torna-se parâmetro para que consigam crédito (Ibidem, p.175-6).

Se a contínua expansão da soja no território brasileiro é uma realidade que data ao menos desde a década de 1960 e a frente de expansão representada pela região do MATOPIBA já é uma realidade desde o início deste século (Figura 3), podemos dizer que tal expansão ganhou teor distinto nos últimos 15 anos.

**Figura 3: Expansão da soja no Brasil (1960-2002)**



Fonte: Jica apud Pitta, Boechat & Mendonça (2017, p.165).

Segundo os autores, “após a crise de 2008 podemos constatar uma brusca queda nos preços da soja nos mercados de futuros internacionais (safra 2008/2009), assim como a queda no montante de soja produzido nacionalmente e em seus níveis de produtividade. A área, por sua vez, expandiu-se em 2%, de 21,3 para 21,7 milhões de hectares, mesmo com o cenário adverso” (Pitta, Boechat & Mendonça, 2017, p.171).

**Figura 4: Produção, Área e Produtividade da Soja no Brasil – safras 1994/95 a 2015/2016**

Ano-Safra	Produção (mil toneladas)	Produção %	Área Plantada (mil ha)	Área %	Produtividade (kg/ha)	Produtividade %
1994/95	25.934,1	3,5	11.678,7	1,5	2.221	1,9
1995/96	23.189,7	-10,6	10.663,2	-8,7	2.175	-2,1
1996/97	26.160,0	12,8	11.381,3	6,7	2.299	5,7
1997/98	31.369,9	19,9	13.157,9	15,6	2.384	3,7
1998/99	30.765,0	-1,9	12.995,2	-1,2	2.367	-0,7
1999/00	32.890,0	6,9	13.622,9	4,8	2.414	2,0
2000/01	38.431,8	16,8	13.969,8	2,5	2.751	14,0
2001/02	42.230,0	9,9	16.386,2	17,3	2.577	-6,3
2002/03	52.017,5	23,2	18.474,8	12,7	2.816	9,3
2003/04	49.792,7	-4,3	21.375,8	15,7	2.329	-17,3
2004/05	52.304,6	5,0	23.301,1	9,0	2.245	-3,6
2005/06	55.027,1	5,2	22.749,4	-2,4	2.419	7,8
2006/07	58.391,8	6,1	20.686,8	-9,1	2.823	16,7
2007/08	60.017,7	2,8	21.313,1	3,0	2.816	-0,2
2008/09	57.165,5	-4,8	21.743,1	2,0	2.629	-7
2009/10	68.688,2	20,2	23.467,9	7,9	2.927	11
2010/11	75.324,3	9,7	24.181,0	3,0	3.115	6
2011/12	66.383,0	-11,9	25.042,2	3,6	2.651	-15
2012/13	81.499,4	22,8	27.736,1	10,8	2.938	11
2013/14	86.120,8	5,7	30.173,1	8,8	2.854	-2,9
2014/15	96.228,0	11,7	32.092,9	6,4	2.998	5,1
2015/16	95.434,6	-0,8	33.251,9	3,6	2.870	-4,3

Fonte: Pitta, Boechat e Mendonça (2017, p.170).

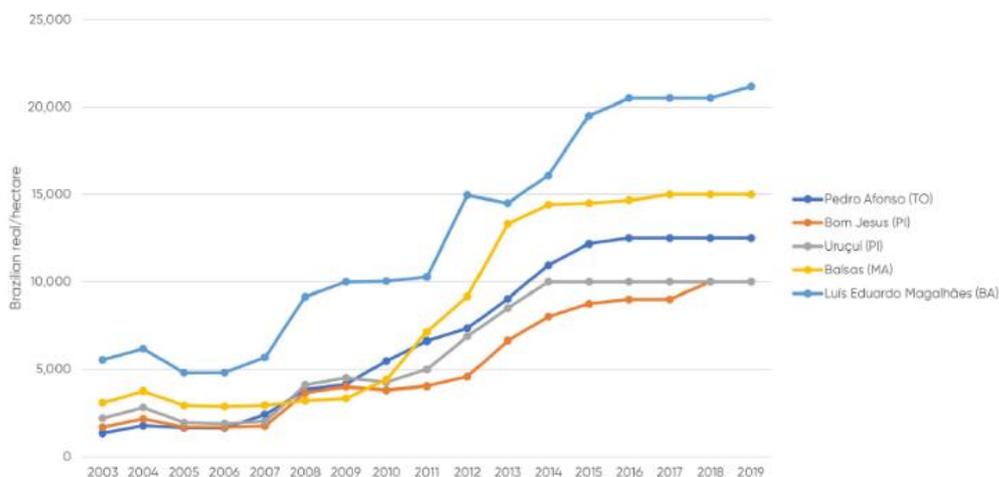
O decisivo aqui é que “a expansão da produção e da produtividade da soja ocorreram concomitantemente à expansão em área como ativo financeiro e capaz de lastrear as promessas de aumento de produção” (Ibidem). Em tal movimento, que de modo algum é restrito apenas à soja ou à região do MATOPIBA, mas reflete sobremaneira à dinâmica (re)posta pelo agronegócio mediante o processo global de ficcionalização do valor, “não bastava o aumento de sua produtividade, mas também da área plantada com tais *commodities*. Combinou-se assim, aumento da produção e da produtividade em níveis que também moveram a subida inflacionária do preço da terra como ativo financeiro” (Ibidem, p.171). Os dados levantados pelos pesquisadores demonstram tanto a inflação da terra como ativo financeiro no país no período da crise de 2008 (figura 5), quanto o conseqüente aumento do preço da terra em alguns dos municípios mais relevantes da expansão da agroindústria na região do MATOPIBA (Figura 6).

**Figura 5: Comparação da Inflação de ativos Financeiros no Brasil (2013-2016 e 2006-2016)**

Indicador	Valorização no período (3 anos)	Valorização no período (10 anos)
Dolar	39%	52,70%
Renda Fixa (CDI)	43,51%	183%
BOVESPA	28,95%	38,10%
Ouro	30,33%	164%
Terra	15,66%	220%

Fonte: Pitta, Boechat & Mendonça (2016, p.172)

**Figura 6: Preço da terra em municípios do Matopiba (2003–2019)**



Fonte: Boechat et al (2023, p.26).

Dados que corroboram a compreensão de que apesar da contínua mobilização de narrativas “sustentáveis” “como a do combate à fome mundial por meio da produção de alimentos” (Boechat et al., 2023, p.27), o que está efetivamente em questão nessas frentes de expansão é a indução da inflação do preço terra, como momento mesmo de uma bolha especulativa que compõe a ficcionalização do valor em escala global.

No mesmo bojo dessas estratégias de movimentação de ativos financeiros, se encontram os chamados *flex crops*, espécies de lavouras temporárias destinados a usos variados. Segundo Borrás et al (2012) os *flex crops* surgem como uma espécie de ramificação, de desdobramento das estratégias de *land grabbing*, favorecendo o surgimento de lavouras com múltiplos usos (alimentícia, ração, combustível, matéria-prima industrial) que podem ser trocadas de forma fácil e flexível: soja (ração, alimentação, biodiesel), cana-de-açúcar (alimentação, etanol), óleo de palma (alimentos, biodiesel, usos comerciais/industriais), milho (alimentos, rações, etanol). Apresentando-se, assim, como uma resposta ao desafio contemporâneo colocado ao agronegócio: “a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar choques de preços devastadores, o que não é fácil de conseguir devido aos custos que acarreta”.

Com o surgimento de mercados relevantes (ou especulação em relação a tais mercados) e o desenvolvimento e disponibilidade de tecnologia (por exemplo, moinhos flexíveis) que permite usos múltiplos e flexíveis dessas culturas, a diversificação foi alcançada dentro de um único setor de cultura. Quando o preço da cana está alto, se vende cana, quando o preço do etanol está alto, se vende etanol. Quando o mercado de biodiesel ainda não existe, vendem óleo de palma para óleo de cozinha, enquanto esperam (ou especulam) por um mercado de biodiesel mais lucrativo para emergir (Borrás et al., 2012, p.405).

Os autores, contudo, apontam que o surgimento e a expansão dessas culturas flexíveis “é um resultado lógico da convergência de múltiplas crises”, de modo a otimizar a produção de alimentos, energia/combustíveis, além de fornecer importantes estratégias de mitigação das mudanças

climáticas. O fundamento de tal flexibilidade se situa, contudo, em novo estágio do capital em seu momento de crise fundamental. Se a acumulação de capital, historicamente demandou a mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977) como forma decisiva de sua realização, o processo objetivo de expulsão de força de trabalho, e a conseqüente dissolução da substância deste capital mesmo engendra “a existência de uma *mobilidade do capital*, que, por sua relação social de produção se mundializa, abstraindo as particularidades em que momentaneamente se situa” (Boechat & Pitta, 2020, p.83). Nesses termos,

O advento das *flex crops* e a discussão sobre a estrangeirização que é prática do *land grabbing* tem fomentando recentemente – só podem ser entendidos também sob o pano de fundo da crise fundamental do capital e seu processo de dessubstancialização. Assim, [...] a expansão do agronegócio sucoenergético no século XXI, apesar de ter apresentado uma enorme ampliação da área plantada, produção e produtividade de suas lavouras, deu-se com desenvolvimento das forças produtivas e expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, fundamento, assim, do surgimento das *flex crops* e do *land grabbing* mesmo, como necessários às tentativas de ficcionalização da acumulação do capital (Ibidem, p.119).

Tais estratégias expressariam, portanto, uma utopia concreta que, à primeira vista, aparece como sendo radicalmente anti-utópica. O vasto conjunto de desregulações ambientais e fundiárias, que se agudizaram no contexto bolsonarista, se comunicaria a uma espécie de utopia de valorização, ante a impossibilidade efetiva da mesma. É evidente que tal utopia adquire expressão material, tendo na superfície da terra, produzida e ficcionalizada como espaço, seu limite último, e na devastação do ambiente e das condições de sobrevivência sua forma possível de realização.

Ernst Bloch formulou, em um período em que devastação imposta pela forma valor em sua fase de automediação apenas se anunciava, esse devir catastrófico da geografia – não da ciência geográfica, mas daquilo que Ruy Moreira (2008) compreendeu como *primeira geografia*, isto é, a real do nosso entorno empírico, anterior a teórico-conceitual. Segundo Bloch, as utopias naturalistas de uma geografia possível – ainda que estivessem, em dado momento, comprometidas com projetos imperialistas – resguardavam algo de mítico, na forma da busca do encontro da humanidade com o Mundo. Ao longo da história do processo de modernização, contudo,

Esse lastro utópico vive sem invólucro mítico na totalidade (ela própria apenas sempre latente) da geografia político-cultural, depois que a geografia física foi mensurada e se tornou suficientemente conhecida. [...] Do mesmo modo, a linguagem da natureza geográfica não é extinta, a face da Terra ainda não é hipocrática nem captável apenas como passado. Pelo contrário, com e através das transformações feitas pelos humanos pode haver, depois do pleistoceno e do holoceno, depois do período quaternário de nosso astro, ainda o período “quaternário”, com uma melhor obtenção do lastro daquilo que ainda está contido potencialmente na Terra, que não é nenhum antiquário geológico. A Terra em seu todo, em sua latência, *é o espaço inacabado de uma cena cuja peça de forma alguma foi escrita em nossa história passada.* (BLOCH, 2006, Volume II, p.342-3, grifos do autor).

Notadamente, a devastação ambiental hodierna e seus impactos sanitários (WALLACE, 2020) são expressões de um ato decisivo dessa *peça*. A expansão sobre as últimas fronteiras possíveis de

territorialização do capital atualiza a *utopia geográfica* como uma utopia negativa, momento mesmo da dissolução catastrófica do social – e de seu pressuposto natural. Nesse limiar, “se as mudanças são para pior, o chão atingido por elas apenas se apresenta como degradado [...]. Sobrepõem-se à paisagem como pústula e abcesso, ou pior: está completamente devastada. Com ela, a saúde, o ar puro, a luz, o verde indômito das árvores. É quase estranho encontrar tudo isso ainda em campo aberto” (Ibidem, p.343). Não ocasionalmente, o discurso de sustentabilidade ambiental e energética – assim como o da segurança alimentar – carece ser apresentado como alibi dessa devastação mesma. Neste processo de territorialização expresso em frentes de expansão já desde a revolução verde, “quando se inclui a própria Terra, como o chamado cinturão verde ou nas descompactações do subúrbio ajardinado, então o bucólico tem o aspecto que *mesmo as árvores são falsificadas*. [...] O vazio e a reificação, a abstração e o aspecto cadavérico são mais fortes” (Ibidem, grifos nossos). O caráter simulado, movendo-se em direção ao fictício já fora compreendido por Lefebvre ainda no principiar dos anos de 1970:

assim se determina a problemática parcial relativa à “natureza”. Teoricamente a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo, suplantando a “natureza” real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa. Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma palavra, tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia presença”. (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 36).

A tentativa de reprodução de tal simulação apenas tem podido se converter em mais devastação, como bem expressa a dinâmica especulativa da agroindústria brasileira da última década.

Mesmo após as quedas nos preços internacionais de *commodities* nos últimos anos, os preços das terras continuam subindo. A conseqüente subida dos preços das terras, por sua vez, também moveu o aumento de processos de grilagem de terras, mesmo que nem sempre sejam diretamente transnacionais proprietárias fundiárias que realizam o processo inicial de apropriação ilegal de terras, mas terceiros, impulsionados pelas altas especulativas de seus preços, visando sua comercialização. O próprio processo de subida dos preços das terras movidos pela demanda pelas mesmas fomenta o aumento dos processos de grilagem de terras, expropriação de camponeses e desmatamento [...] geram expropriação das populações camponesas, indígenas e quilombolas. A expropriação das comunidades causa pobreza, fome e necessidade de seus moradores se submeterem a condições degradantes de trabalho nas fazendas, muitas vezes análogo à escravidão, ou a migrarem para as cidades. A elevação do desemprego piora as condições habitacionais nas cidades, como resultado da expansão do capital financeiro e especulativo no campo brasileiro. (PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, p.175-6).

Assim, a compreensão das frentes de expansão como *momento* decisivo do capital buscando irromper seus últimos limites, apenas poderia avançar tendo em conta que o próprio espaço se perfaz como a dimensão material do processo de abstração social engendrado pelo capitalismo, de modo que o que aparece como espaço físico é tão explicativo da relação subjacente quanto a fisicidade e o valor de uso de uma mercadoria cuja *utilidade*<sup>8</sup> nunca mobilizou sua produção. É

---

<sup>8</sup> Na clássica formulação marxiana: “Embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca”. (Marx, 1986, Livro I, Tomo I, p.305).

também preciso compreender o progresso e o processo de modernização – no qual e pelo qual a produção do espaço se impõe – agora dissolvidos a olhos vistos, não como positivities a serem restituídas, mas como negatividades cegas e autofágicas.

### **Considerações finais**

Se a história do processo de modernização capitalista que se impôs subordinando as particularidades à sua universalidade já havia produzido uma decisiva ultrapassagem das contradições *no* espaço para as contradições *do* espaço, e se a produção de mercadorias diversas e parcelares *no* espaço já haviam demandado a produção *do* espaço mesmo, o colapso dessa modernização impõe novas formas que, sem deixar de conter as anteriores, as extrapola. É evidente que mercadorias diversas persistam sendo produzidas no espaço. É evidente que a própria vida – não raro reduzida ela também à condição de mercadoria – também se (re)produza espacialmente. É também evidente que o espaço enquanto tal seja produzido por esse mesmo processo. O atual estágio, contudo, supera essas condições. Aquilo que Henri Lefebvre outrora chamou de “produção estatista do espaço”, e que se efetivou na história da Geografia como teorias locacionais, hoje é extrapolado por uma forma de territorialização do capital na qual a dimensão física do espaço é superada por uma forma de apropriação que se efetiva *abstraindo as particularidades em que momentaneamente se situa* – como evidencia o avanço da agroindústria brasileira contemporânea. O que esperamos ter demonstrando é que, não sendo a produção *do* espaço uma categoria ontológica e não sendo o espaço mesmo apenas o seu substrato material empírico, a compreensão da atualidade desta produção apenas pode se efetivar tendo em conta o paulatino colapso da forma social que a demandou e a erigiu. Tal como o próprio capital hodiernamente apenas se reproduz por meio de sua ficcionalização – o que obviamente não implica que não adquira materialidade –, a hipótese que o contemporâneo impõe é que a própria produção do espaço seja cada vez mais ficcionalizada.

### **Referências**

ADORNO, Theodor. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor. **Kierkegaard: a construção do estético**. São Paulo: Unesp, 2010.

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALFREDO, Anselmo. O mundo moderno e o espaço: apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, pp. 53 - 79, 2006.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOECHAT, Cássio & PITTA, Fábio. Flex crops e mobilidade do capital da Cosan/ Raízen. In: BOECHAT, Cássio (Org.). **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flax crops na financeirização recente do campo brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BOECHAT, Cássio; TOLEDO, Carlos e PITTA, Fábio. Land grabbing e crise do capital: possível interseções dos debates. In: BOECHAT, Cássio (Org.). **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flax crops na financeirização recente do campo brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BOECHAT, Cássio et al. Transformations of the agricultural frontier in Matopiba: from State planning to the financialisation of land. **IDS Bulletin**, v. 54, 2023.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, EDUERJ, 2006.

BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. O direito à cidade na constelação do pensamento lefebvriano. In: **Terra Livre** n.52, v.1, 2019.

BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. **Crise e dissolução da forma social: utopia sobre ruínas – elementos do colapso brasileiro da modernização**. Tese de doutorado em Geografia, UFMG, 2023.

BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues & RIBEIRO, Mariana. **A naturalização do espaço ou a espacialização do natural: um ensaio**. In: Anais do IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Belo Horizonte, 2016.

BORRAS, Saturnino et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. In: **Candian Journal of Development studies**, vol.33, n.4, 2012.

CATALANI, Felipe. **A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa**. Blog da Boitempo, 23 jul. 2019.

COUTO, Luccas. **Nem só o que é sólido se desmancha no ar: a Nova luz na produção insubstancial do espaço urbano**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, USP, 2011.

DAMIANI, Amélia. **Espaço e Geografia: observações de método**. Tese de Livre-Docência, USP, 2008

FREITAS, Verlaine. **Para uma dialética da alteridade: a constituição mimética do sujeito, da razão e do tempo em Theodor W. Adorno**. Tese de doutorado em Filosofia, UFMG, 2006.

G1. **Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19**. G1, 22 mai. 2020b. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em 17 mar. 2023.

- GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad**: investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- HARVEY, David. **O “novo imperialismo”**: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: Lutas Sociais, n.13-14, 2005.
- HARVEY, David. **Paris**: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HEGEL, Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HARTSHORNE, Richard. **Questões sobre a natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.
- JAMERSON, Friedrich. **Marxismo tardio**: Adorno, ou a persistência da dialética. São Paulo: Unesp & Boitempo, 1996.
- JAPPE, Anselm. **Crédito à morte**: a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.
- JAPPE, Anselm. **La société autophage**: capitalisme, démesure et autodestruction. Paris: La Découverte, 2017.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- KURZ, R. **A substância do capital**: o trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz203.htm>. 2005a.
- KURZ, Robert. **Das Weltkapital: Globalisierung und innere Schranke des modernen warenerzeugenden Systems**. Edition TIAMAT, Alemanha, 2005b.
- KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. **Hegel, Marx e Nietzsche**. Madrid: Siglo XXI de España, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Ana Carolina. Land grabbing, boom das commodities e crise: formas de investimento estrangeiro na aquisição de usinas pela Shree Renuka Sugers Ltd. In: BOECHAT, Cássio (Org.). **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flax crops na financeirização recente do campo brasileiro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LENCONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 2003.

LIMA, Silvio Monteiro de. **Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista.** Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2017.

MARIGNER, Marie-Vic Ozouf. **Pays.** In: Hipergeo. Concepts. Paris, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofes: o giro dos ponteiros no pulso de um morto e outros ensaios.** Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

MOREIRA, Ruy. **As três geografias: refletindo pelo retrovisor sobre o problema de toda mudança.** In: Boletim Paulista de Geografia, n.88, AGB: São Paulo, 2008.

NEXO. **Mundo produz comida suficiente, mas fome ainda é uma realidade.** Nexo, 2 set. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/09/02/Mundo-produz-comida-suficiente-mas-fome-ainda-%C3%A9-uma-realidade>. Acesso em 21 mar. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

PITTA, Fábio, BOECHAT, Cássio e MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. In: **Estudos Internacionais** v.5 n.2, p.155 – 179, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Guilherme. Geografias imperiais: o caso de Halford John Mackinder (1861-1947). In: **Geografia (UFF)**, v. 16, p. 153-169, 2014.

RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Hucitec e Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2006.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência.** São Paulo: Elefante, 2020.